

Índice

CAPÍTULO PRELIMINAR

DIPr E CONTRATOS INTERNACIONAIS	21
1. O DIPr E OS CONTRATOS INTERNACIONAIS	23
2. MÉTODOS DE ESCOLHA DA LEI APLICÁVEL	27
3. LIMITES À APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA	35
4. A AUTONOMIA DA VONTADE NA TEORIA GERAL DO DIREITO.	43

PARTE I — A AUTONOMIA DA VONTADE NO DIPr

INTERNO	53
---------------	----

1. A AUTONOMIA DA VONTADE NO DIPr COMPARADO	55
1.1. NO DIREITO CONTINENTAL EUROPEU	55
1.2. NA <i>COMMON LAW</i> E NO DIREITO NORTE-AMERICANO ...	66
1.3. NOS PAÍSES DO MERCOSUL	79
2. A AUTONOMIA DA VONTADE NO DIREITO BRASILEIRO	93
2.1. NA INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL DE 1916	93
DOCTRINA	93
• PIMENTA BUENO	94
• TEIXEIRA DE FREITAS	97
• LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA	98
• CLÓVIS BEVILAQUA	99
• RODRIGO OTÁVIO	100
• EDUARDO ESPÍNOLA	101

• MACHADO VILLELA	102
• TITO FULGÊNCIO	104
• PONTES DE MIRANDA	104
COMENTARISTAS	106
2.2. NA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL DE 1942	108
DOCTRINA	108
• HAROLDO VALLADÃO	108
• OSCAR TENÓRIO	110
• AMILCAR DE CASTRO	110
• WILSON DE SOUZA CAMPOS BATALHA	111
• DOCTRINA CONTEMPORÂNEA	112
• COMENTARISTAS	116
2.3. NA LEI 9.307 SOBRE ARBITRAGEM	120
2.4. JURISPRUDÊNCIA	125

PARTE II — A AUTONOMIA DA VONTADE NO DIREITO INTERNACIONAL CONVENCIONAL 133

1. NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	135
1.1. AS CONVENÇÕES DE HAIA SOBRE CONTRATOS INTERNACIONAIS	136
1.2. A CONVENÇÃO DA UNCITRAL SOBRE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL	139
1.3. A CONVENÇÃO DE ROMA DE 1980 SOBRE A LEI APLICÁVEL ÀS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. ATUAL REG. 594/08	146
1.4. PRINCÍPIOS UNIFORMES DOS CONTRATOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS ELABORADOS PELO UNIDROIT	152
2. NA CODIFICAÇÃO DO DIPr DA AMÉRICA LATINA	157
2.1. CONGRESSO DE LIMA — 1878	159
2.2. TRATADOS DE MONTEVIDÉU — 1889/90 E 1939/40	162
2.3. AS CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS	168
2.4. O CÓDIGO BUSTAMANTE	171
3. NA CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DIREITO APLICÁVEL AOS CONTRATOS INTERNACIONAIS	177
3.1. ANTECEDENTES DA CIDIP V NO TEMA DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS	177
3.2 AS BASES ESTABELECIDAS NA CIDIP IV	182
3.3. AS AÇÕES DA OEA PREPARATÓRIAS PARA A CIDIP V	185
3.4. A CONFERÊNCIA DO MÉXICO	191

CONCLUSÃO	203
BIBLIOGRAFIA	209
1. LIVROS	209
2. ARTIGOS E PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS	221
ANEXOS	
I — LEGISLAÇÃO	
I. PROJETO DE LEI 4.905: “LEI DE APLICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS”	235
II. CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DIREITO APLICÁVEL AOS CONTRATOS INTERNACIONAIS	237
II — ARTIGOS	
a) <i>Sobre contratos internacionais</i>	
I. ALGUMAS NOTAS SOBRE AS POSIÇÕES DE LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA NO DIPr	249
II. A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA SOBRE CONTRATOS INTERNACIONAIS: LEI APLICÁVEL, ORDEM PÚBLICA E CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO	265
III. CONTRATOS INTERNACIONAIS E A CLÁUSULA DE <i>HARDSHIP</i> : A TRANSPOSIÇÃO DE SUA CONCEITUAÇÃO, SEGUNDO A <i>LEX MERCATORIA</i> , PARA O PLANO INTERNO NOS CONTRATOS DE LONGA DURAÇÃO	307
IV. A CIDIP VII E A DEFESA DO CONSUMIDOR: PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE AS NEGOCIAÇÕES EM CURSO	341
V. CONTRATOS INTERNACIONAIS NO BRASIL: POSIÇÃO ATUAL DA JURISPRUDÊNCIA NO BRASIL	351
VI. A CONVENÇÃO DA CONFERÊNCIA DA HAIA SOBRE ESCOLHA DO FORO E O DIREITO BRASILEIRO: RAZÕES PARA SUA ADOÇÃO	369
b) <i>Sobre Arbitragem</i>	
I. A ARBITRAGEM INTERNACIONAL NOS CONTEXTOS INTERAMERICANO E BRASILEIRO	395
II. O ACORDO DE ARBITRAGEM COMERCIAL DO MERCOSUL E O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO: A RESERVA AO ARTIGO 10, E A AUTONOMIA DA VONTADE	431
III. O STJ E A HOMOLOGAÇÃO DOS LAUDOS ARBITRAIS ESTRANGEIROS: BALANÇO POSITIVO DE QUATRO ANOS DE ATUAÇÃO	447